

# ALÉM DO IR E VIR: A PRIVAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO COM A CENSURA DE LIVROS EM PROJETOS DE REMIÇÃO DE PENA

**Autor:** Anderson William Marzinhosky Benalia

**Orientadora:** Profa. Dra. Barbara Heller

A censura a obras literárias que ocorreu no início de 2020 transmite aos leitores um cenário de instabilidade quanto à democracia e liberdade de expressão. O Estado de São Paulo, no dia 13 de fevereiro, divulgou uma lista com 12 títulos a serem proibidos, sem uma justificativa aparente, de circularem entre os presídios do Estado nos projetos de remição de pena por leitura. Apesar dos acontecimentos, não é de hoje que a leitura preocupa aos que estão no poder, que por sua vez, classificam-na como uma ameaça à moral e os bons costumes, como no caso da Igreja, que em 1559, *pelo Index Librorum Prohibitorum*, jogou autores, livreiros e leitores de títulos considerados heréticos, anticlericais ou lascivos às chamas das fogueiras. O presente trabalho visa, pela análise discursiva de Bakhtin (2002), identificar nas obras censuradas pela Secretaria da Administração Penitenciária - SAP no Estado de São Paulo, de autores brasileiros, quais conteúdos possam sugerir a preocupação dos governantes para com a leitura de tais livros. Acreditamos, além da essência da emancipação e do empoderamento pessoal, a existência de regimes ditatoriais e repressões do Estado aos Direitos Humanos como temas preocupantes aos governantes. Para isso, fazemos também um estudo do sistema prisional brasileiro, das escolas jurídicas que conceituam a finalidade da pena e como ocorre a concessão do benefício de remição de pena por meio da leitura com o uso do suporte midiático livro.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.**

**APOIO PROSUP-CAPEs**